

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(s) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Creio que, em geral, deixando de lado a opinião dos especialistas, damos demasiada importância à opinião dos outros, tanto em assuntos cruciais quanto em assuntos de pequena monta. A regra básica é que uma pessoa deve respeitar a opinião pública apenas o suficiente para não morrer de fome nem ir para a cadeia. Tudo o que passar desse ponto significa submeter-se voluntariamente a uma tirania desnecessária, e, possivelmente, isso é o que acaba interferindo na própria felicidade.

Examinemos, por exemplo, a questão de como as pessoas gastam seu dinheiro. Elas o gastam naquilo que não satisfaz seus gostos pessoais, simplesmente porque acreditam que o respeito dos vizinhos depende de terem carro ou de abrirem suas residências para jantares. Na verdade, uma pessoa que possa claramente comprar um carro, mas que prefira gastar o dinheiro em viagens ou numa boa biblioteca, acabará sendo muito mais respeitada do que se houvesse feito exatamente como todas as outras. Não há sentido em zombar deliberadamente da opinião pública; isso é admitir seu domínio, ainda que às avessas. Mas ser autenticamente indiferente a ela é uma força e uma fonte de felicidade. É uma sociedade de homens e mulheres que não se submetem demasiadamente aos convencionalismos é mais interessante do que uma sociedade em que todos se comportam da mesma maneira.

Bertrand Russell. A conquista da felicidade. Tradução: Luiz Guerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017 (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

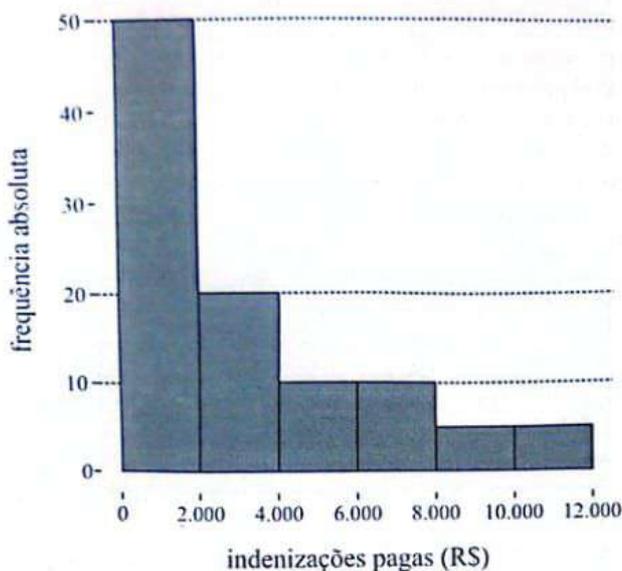
- 1 Com comprar um carro que não satisfaça seu gosto pessoal e respeitar a opinião pública somente o suficiente para não passar fome são ações apresentadas no texto como exemplos de atitudes em que se dá excessiva importância à opinião alheia.
- 2 O autor do texto sugere que, para evitar a infelicidade, o indivíduo deve buscar a autenticidade, ou seja, deve opor-se à opinião pública.
- 3 No segundo período do segundo parágrafo, as formas “terem” e “abrirem” estão no plural porque concordam com o termo “vizinhos”.
- 4 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o termo “dos”, em “respeito dos vizinhos” (segundo período do segundo parágrafo), fosse substituído por aos.
- 5 A vírgula logo após “desnecessária” (último período do primeiro parágrafo) separa orações com sujeitos distintos, podendo ser eliminada sem prejuízo da correção gramatical do texto, dado o caráter facultativo desse sinal de pontuação no contexto em questão.

- 6 Prejudicaria a correção gramatical do texto a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “submeter-se voluntariamente a uma tirania desnecessária” (último período do primeiro parágrafo).
- 7 Uma das estratégias coesivas presentes no segundo parágrafo é o uso de sinônimos para evitar a repetição vocabular, como é o caso do emprego do termo “autenticamente” (penúltimo período), que possui no texto o mesmo sentido de “deliberadamente” (quarto período).
- 8 No penúltimo período do texto, o termo “ela” retoma a expressão “opinião pública”, mencionada no período anterior, e exerce a função sintática de sujeito da oração “é uma força e uma fonte de felicidade”.
- 9 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o vocábulo “houvesse” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituído por tivesse.
- 10 No trecho “mais interessante do que uma sociedade” (último período do texto), o termo “do” poderia ser eliminado sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto.

Espaço livre

NOÇÕES DE LÓGICA E ESTATÍSTICA

Para organizar relatórios estatísticos acerca do comportamento de sinistros de determinado ramo de seguros, um consultor analisou uma base de dados com os valores de 100 indenizações pagas por uma seguradora no último ano, cujo histograma é representado a seguir.



Considerando que, no histograma apresentado, os dados estão agrupados em intervalos de classe, julgue os itens que se seguem, a respeito da distribuição das indenizações pagas.

- 11 A média amostral é igual a R\$ 3.300.
- 12 A moda da distribuição das indenizações pagas é superior a R\$ 6.000.
- 13 A mediana é igual a R\$ 6.000.
- 14 O histograma apresenta uma distribuição com assimetria negativa, já que há maior concentração de valores à esquerda da mediana dessa distribuição.
- 15 O desvio padrão amostral é inferior a R\$ 6.000.

A partir do perfil de sinistros em determinado tipo de apólices de automóveis, um analista categorizou os eventos em: sinistro com culpa (*A*); sinistro sem culpa (*B*); e ausência de sinistro (*C*). Além disso, ele considerou a variável aleatória contínua *T*, que representa o tempo de habilitação do condutor (em anos), e definiu o evento tempo de habilitação inferior a 2 anos como *D*.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 16 A variável aleatória *T* pode ser caracterizada por uma função de distribuição de probabilidade $P(T = t)$, em que *t* denota um tempo de habilitação em anos.
- 17 Para a variável aleatória *T*, se $P(D) = P(T < 2) = 0,5$, então $P(T > 2) = 0,5$.
- 18 Considere que $P(A) = 0,2$, $P(B) = 0,1$ e $P(C) = 0,7$ e que $P(D|A) = 0,3$, $P(D|B) = 0,2$ e $P(D|C) = 0,1$. Com base nessas considerações, conclui-se que 15% dos condutores possuem tempo de habilitação inferior a 2 anos.
- 19 Os eventos *A*, *B* e *C* são mutuamente independentes.
- 20 Suponha que a probabilidade de um condutor se envolver em sinistro com culpa seja $P(A) = 0,2$ e que $P(A|D) = 0,4$. Nessa situação, $P(A \cap D) = 0,2 \times P(D)$.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Durante a análise de um processo de autorização de operação de uma nova sociedade seguradora, um analista técnico da SUSEP identificou que o ato de autorização fora praticado por autoridade competente, mas sem a devida motivação formal exigida pela norma interna, tendo sido o erro detectado antes de qualquer prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 21 A administração é obrigada a anular o ato com vício formal, sendo vedada sua convalidação, segundo previsão da Lei n.º 9.784/1999.
- 22 De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, o vício identificado no ato poderá ser sanado pela própria administração, visto que não houve prejuízo a terceiros nem ao interesse público.

Em processo de fiscalização da SUSEP, identificou-se que determinada prática contratual adotada por uma seguradora, amplamente aceita pela administração à época, havia sido posteriormente considerada irregular com base em nova interpretação normativa. Mesmo diante da mudança de entendimento, decidiu-se aplicar retroativamente a nova orientação, com efeitos sancionatórios imediatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base no disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

- 23 É admissível que a administração pública declare a nulidade da situação jurídica constituída com base na nova orientação normativa, desde que fundada em interpretação jurisprudencial consolidada.

No curso de um processo fiscalizatório, a SUSEP constatou que determinada empresa estava oferecendo ao público produtos financeiros com características típicas de seguro, sem a devida autorização. Com base em sua competência regulatória, a autarquia determinou a imediata suspensão da atividade irregular e instaurou processo administrativo para apurar a infração.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, acerca dos poderes da administração pública.

- 24 Ao apurar a infração cometida pela entidade supervisionada, a SUSEP exerce poder de polícia judiciária, com competência para investigar e instaurar inquérito sobre os delitos penais eventualmente praticados pela referida empresa.
- 25 A autoexecutoriedade do poder de polícia administrativa exercido pela SUSEP decorre de atribuição legal e autoriza a adoção direta de medidas cautelares previstas na regulamentação setorial, sem necessidade de intervenção judicial.

Espaço livre

A - Culpa
 B - Sem
 C - AUSÊNCIA
 T - Alg. CONT.
 D - INF. 2 ANOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue os itens a seguir, relativos a aplicabilidade das normas constitucionais, organização político-administrativa do Estado e direitos sociais, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do STF.

- 26 A ausência de norma regulamentadora que viabilize a implementação de uma diretriz programática constitucional configura omissão legislativa politicamente relevante, mas não enseja violação de direito subjetivo nem legitima o uso de remédio constitucional, por inexistência de eficácia jurídica autônoma dessas normas.
- 27 O direito ao exercício profissional consubstancia norma de eficácia contida, cujo núcleo essencial é imediatamente aplicável, admitindo-se, contudo, restrições legais supervenientes, desde que compatíveis com a razoabilidade, a proporcionalidade e os fins constitucionais expressos.
- 28 A edição de normas gerais sobre política de seguros é de competência legislativa privativa da União, podendo, contudo, lei complementar autorizar os estados a legislar sobre aspectos específicos da matéria.
- 29 A exigência municipal de contratação obrigatória de seguro por estabelecimentos comerciais insere-se no âmbito do interesse local, sendo válida em decorrência da autonomia municipal constitucionalmente prevista.
- 30 Somente aos trabalhadores com vínculo empregatício formal é assegurado o direito de participar de eleições sindicais e integrar diretoria de sindicato, sendo essa prerrogativa vedada também aos aposentados.

MERCADO DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGUROS

Julgue os seguintes itens, relacionados a capitalização e proteção patrimonial mutualista.

- 31 O patrimônio de cada grupo de proteção patrimonial mutualista não integra o patrimônio de seus participantes, da associação de que esses participantes sejam membros ou da administradora.
- 32 O rateio mutualista de despesas é o regime por meio do qual as despesas para cobertura dos eventos ocorridos em um grupo de proteção patrimonial mutualista, em período predeterminado, são repartidas mutuamente entre os participantes do grupo de acordo com o previsto em contrato de participação por adesão.
- 33 A administradora de operações de proteção patrimonial mutualista pode contratar seguro ou resseguro para a proteção dos riscos dessas operações e dos seus próprios riscos.
- 34 O título de capitalização é indivisível em relação à sociedade de capitalização e pode ser pago tanto em moeda corrente nacional quanto em moeda estrangeira.
- 35 A modalidade incentivo dos títulos de capitalização tem por objetivo propiciar a capitalização da contribuição e a participação do titular em sorteios, sem que haja devolução integral do valor pago.

Com base na legislação pertinente a mercado de seguros, julgue os itens a seguir.

- 36 A SUSEP não integra o Sistema Nacional de Capitalização.
- 37 A pessoa física que infringir as normas aplicáveis às atividades de seguro, cosseguro, proteção patrimonial mutualista, resseguro, retrocessão e capitalização poderá sofrer pena de inabilitação de no máximo 15 anos para o exercício de cargo ou função no serviço público ou em empresas públicas, sociedades de economia mista e respectivas subsidiárias, entidades de previdência complementar, sociedades de capitalização, instituições financeiras, sociedades seguradoras, sociedades cooperativas de seguros, administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista e resseguradoras.
- 38 O compartilhamento voluntário de dados e de informações com a SUSEP que as sociedades cooperativas de seguros obtiverem no desempenho de suas atividades não constitui violação do dever de sigilo.
- 39 Pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se, mediante o pagamento do prêmio equivalente, a garantir interesse legítimo do segurado ou do beneficiário contra riscos indeterminados.
- 40 As entidades beneficentes de assistência social certificadas têm autorização para arrecadar recursos por meio de títulos de capitalização.
- 41 As instituições autorizadas a operar nos mercados de proteção patrimonial mutualista integram o Sistema Nacional de Seguros Privados.

Acerca de seguro, cosseguro e resseguro, julgue os itens que se seguem.

- 42 Nos seguros cumulativos de dano, não há necessidade de o segurado comunicar a cada uma das seguradoras a existência dos contratos com as demais.
- 43 São obrigatórios os seguros de incêndio e transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas situados no país ou nele transportados; contudo, tal obrigatoriedade não se aplica à União.
- 44 Resseguro ocorre quando duas ou mais seguradoras, por acordo expresso entre si e o segurado ou o estipulante, garantem o mesmo interesse contra o mesmo risco, ao mesmo tempo, cada uma delas assumindo uma cota de garantia.
- 45 O segurado que culposamente descumprir o dever de comunicar à seguradora relevante agravamento do risco tão logo dele tome conhecimento fica obrigado a pagar a diferença de prêmio apurada ou, se a garantia for tecnicamente impossível ou o fato corresponder a um tipo de risco que não seja normalmente subscrito pela seguradora, não fará jus à garantia.

No que se refere à previdência complementar aberta e aos planos com cobertura por sobrevivência, julgue os itens subsequentes.

- 46 As entidades abertas de previdência complementar podem realizar contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.
- 47 Nos planos de benefícios de entidades abertas, a portabilidade não caracteriza resgate.
- 48 No plano VGBL, é garantida rentabilidade mínima, previamente acertada na contratação, durante a fase de acumulação dos recursos (período de diferimento).
- 49 É possível a portabilidade dos recursos acumulados de um plano VGBL para um plano PGBL, ou vice-versa.
- 50 PGBL é um plano de previdência complementar, ao passo que VGBL é classificado como seguro de pessoa.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO ECONÔMICO**

Julgue os itens a seguir, relativos à ordem econômica na Constituição Federal de 1988 (CF).

- 51 O texto constitucional assegura o livre exercício da atividade econômica, independentemente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- 52 Segundo a CF, a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano são fundamentos da ordem econômica.
- 53 A livre concorrência é um dos princípios da ordem econômica estabelecidos na CF.
- 54 Não viola o princípio da livre concorrência lei municipal que proíbe a abertura de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- 55 A CF enumera como princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, independentemente de sua sede e administração ser no país.

Julgue os itens seguintes, em relação à intervenção do Estado na ordem econômica.

- 56 Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural.
- 57 É vedado qualquer exercício de atividade econômica diretamente pelo Estado.
- 58 A CF autoriza o Estado a intervir na economia como agente normativo e regulador da atividade econômica.
- 59 As empresas públicas e sociedades de economia mista podem ser constituídas tanto para a prestação de serviços públicos quanto para a exploração da atividade econômica.
- 60 A refinação do petróleo nacional não constitui monopólio da União.

Acerca do Sistema Financeiro Nacional, julgue os seguintes itens.

- 61 A CF veda a participação do capital estrangeiro nas instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional.
- 62 O Sistema Financeiro Nacional pode ser regulado por lei ordinária.

No que diz respeito à defesa da concorrência no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 63 O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.
- 64 A Lei n.º 12.529/2011, conhecida como Lei de Defesa da Concorrência, aplica-se a diversas pessoas, à exceção das pessoas físicas e das jurídicas de direito público.
- 65 Incluem-se entre as infrações da ordem econômica os atos que tenham por objeto ou possam ter por efeito o aumento arbitrário de lucros.
- 66 É vedado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) celebrar acordo de leniência com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica.
- 67 Constituem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, a Superintendência-Geral e o Departamento de Estudos Econômicos.
- 68 Denomina-se monopólio a estrutura de mercado caracterizada por haver apenas um comprador para determinado bem ou serviço.

Julgue os próximos itens, que tratam da disciplina jurídica de moeda, crédito e câmbio no Brasil.

- 69 É proibida qualquer estipulação de pagamento em moeda estrangeira de obrigações exequíveis no território nacional.
- 70 As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas apenas por instituições autorizadas a operar nesse mercado pelo Banco Central do Brasil.

DIREITO EMPRESARIAL

Julgue os itens a seguir, relativos às operações societárias de incorporação, fusão e cisão.

- 71 A fusão é a operação pela qual uma sociedade ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- 72 A incorporação é a operação pela qual se unem duas sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- 73 No processo de cisão, a companhia cindida que subsistir e as que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão.

Acerca da constituição de consórcios de empresas, julgue os itens seguintes.

- 74 O consórcio adquire personalidade jurídica a partir do registro de seus atos de instituição no registro de comércio do estado de sua sede.
- 75 As consorciadas obrigam-se nas condições previstas no contrato firmado entre elas, sem presunção de solidariedade.
- 76 A falência de uma consorciada contamina as demais, o que resulta na dissolução do consórcio.

Julgue os próximos itens, referentes à intervenção e liquidação das sociedades supervisionadas pela SUSEP, bem como às disposições especiais relativas a elas.

- 77 Em se tratando de liquidação extrajudicial, deverá ser usada a expressão "em liquidação extrajudicial" em seguida à denominação da entidade em todos os atos, documentos e publicações de interesse da liquidação.
- 78 A sociedade seguradora estará sujeita à falência se, em sede de liquidação extrajudicial, houver fundados indícios da ocorrência de crime falimentar.
- 79 A cessação das operações das sociedades seguradoras poderá ser voluntária, por deliberação dos sócios, ou compulsória, por ato da SUSEP.
- 80 A intervenção na entidade de previdência complementar poderá ser decretada para resguardar direitos dos participantes e assistidos e perdurará até a aprovação do plano de recuperação da entidade ou a decretação de sua liquidação extrajudicial.
- 81 No processo de liquidação extrajudicial de entidade de previdência complementar, o interventor nomeado terá amplos poderes de administração, representação e liquidação.

No tocante às políticas de resseguro, retrocessão e sua intermediação, julgue os itens subsequentes.

- 82 Os resseguradores e os seus retrocessionários responderão diretamente ao segurado pelo montante assumido, estando as cedentes emissoras do contrato isentas da responsabilidade de indenização.
- 83 A contratação de resseguro e retrocessão no exterior será feita mediante negociação direta entre cedente e ressegurador, vedada a intermediação de terceiro.

Com base nas disposições comuns à recuperação judicial e à falência constantes na Lei n.º 11.101/2005, julgue os seguintes itens.

- 84 A distribuição do pedido de falência previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência relativo ao mesmo devedor.
- 85 No processo falimentar, não se exigem do devedor as despesas que os credores fizerem para tomar parte na falência, incluídas as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

Considerando o disposto na Lei n.º 11.101/2005, julgue os itens que se seguem.

- 86 A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos deve obedecer a rito próprio e não implica extinção da concessão.
- 87 O processo de falência atenderá aos princípios da celeridade e da economia processual, sem prejuízo do contraditório, da ampla defesa e dos demais princípios previstos na legislação processual civil.
- 88 A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis.
- 89 A extensão dos efeitos da falência somente será admitida quando estiverem presentes os requisitos da desconsideração da personalidade jurídica previstos na legislação civil.
- 90 Contador, auditor e outros profissionais que concorrerem para as condutas criminosas tipificadas como “fraude contra credores” não incidem nas mesmas penas previstas para esse crime, em face de sua conduta subsidiária.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Com base no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os seguintes itens.

- 91 Atos relacionados ao regime de bens de um casamento obedecerão à lei do primeiro domicílio conjugal.
- 92 A lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

Em relação aos direitos de personalidade, julgue os itens que se seguem.

- 93 A critério do juízo, havendo abuso da personalidade jurídica, a desconsideração desta poderá ser decretada de ofício para a proteção dos interesses do credor.
- 94 Fica caracterizada a confusão patrimonial quando ausente a separação de fato entre o patrimônio da sociedade e o patrimônio do sócio.
- 95 Os viciados em tóxico estarão sujeitos à curatela quando houver pedido de interdição da pessoa natural.
- 96 Os direitos da personalidade são intransmissíveis, porém renunciáveis na medida em que houver expressa limitação voluntária.

Julgue os itens a seguir, relativos a negócio jurídico, prescrição e decadência.

- 97 Sendo o negócio jurídico lícito e possível, sua validade poderá ser atestada, ainda que o seu objeto não seja determinado.
- 98 Haverá defeito de erro no negócio jurídico quando a manifestação de vontade se der por fundado temor de dano iminente e considerável à própria pessoa.
- 99 No encerramento da liquidação da sociedade, a pretensão dos credores não pagos contra os sócios prescreverá em prazo previamente acordado entre as partes ou em um ano.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere às disposições obrigacionais e suas implicações.

- 100 Quando houver múltiplas cessões relativas a um mesmo crédito, prevalecerá aquela em que ocorrer a tradição do título cedido.
- 101 Cláusulas resolutivas referentes ao termo do contrato operam de pleno direito quando previstas expressamente ou de forma tácita.
- 102 Quando, por sua própria natureza, a atividade praticada implicar risco a direito alheio, havendo dano, o seu autor estará obrigado a repará-lo, independentemente de culpa.

Considerando as disposições da legislação consumerista brasileira, julgue os itens seguintes.

- 103 São válidas as cláusulas contratuais que prevejam, em relação ao fornecimento de produtos e serviços, a adoção compulsória da arbitragem como instrumento de proteção ao consumidor.
- 104 A defesa do consumidor é dever do Estado e um princípio basilar da ordem constitucional econômica.
- 105 Quando da repactuação de dívidas, deve-se observar a preservação do mínimo existencial.
- 106 A inversão do ônus da prova no processo civil, em causas consumeristas, depende de condicionantes legais.
- 107 A repetição do indébito será devida ao consumidor nos casos em que se verificar a ocorrência de cobrança por quantia indevida.

Julgue os próximos itens, à luz do disposto no Código do Consumidor bem como na Resolução CNSP n.º 382/2020 e respectivas alterações.

- 108 A defesa dos interesses do consumidor poderá ser exercida individualmente ou a título coletivo por associações atuantes na temática e constituídas há pelo menos um ano.
- 109 Convenção coletiva poderá regular relações de consumo que tenham por objeto o estabelecimento de condições relativas à composição do conflito de consumo.
- 110 Para fins da citada resolução, são considerados entes supervisionados o corretor de seguros, o representante de seguros e o correspondente de microsseguros.

ECONOMIA

Considerando uma empresa com tecnologia dada pela função de produção $Y(K, L) = K^{0,2}L^{0,8}$, em que K e L representam, respectivamente, as quantidades de capital e de trabalho necessárias para a produção do produto Y , julgue os itens subsequentes.

- 111 A elasticidade de escala da função de produção Y é igual a 1, tendo tal função de produção retornos constantes de escala.
- 112 A taxa marginal de substituição técnica entre K e L dessa empresa é igual $\frac{4 \cdot K}{L}$.

Com base na teoria do consumidor, julgue os próximos itens.

- 113 Para uma função utilidade $U(x, y) = \text{Min}(4x, 2y)$, em que x e y correspondem às quantidades consumidas de cada um dos dois bens disponíveis na economia, cujos preços são dados por $p_x = p_y$, caso p_x passe a ser o dobro de p_y , o efeito-substituição será nulo e toda variação na demanda pelos bens decorrerá do efeito-renda.
- 114 Nos bens de Giffen, a demanda é negativamente inclinada, na medida em que o efeito-substituição prevalece sobre o efeito-renda.

Julgue os itens a seguir, relativos à teoria microeconômica.

- 115 Prática discriminação de preços de 2.º grau uma empresa monopolista do ramo de telefonia que cobra preços diferentes conforme o pacote de dados comprados pelos consumidores, sem diferenciá-los de acordo com sua elasticidade-preço de demanda, desde que estejam adquirindo o mesmo pacote de dados.
- 116 O fundo garantidor de créditos assegura o pagamento de principal e juros de aplicações em determinados tipos de instrumentos financeiros até o limite de R\$ 250 mil por investidor. Nesse contexto, a aquisição pouco criteriosa de títulos de crédito até o limite de proteção conferido por esse fundo, ignorando-se o risco do investimento e observando-se apenas a taxa de retorno prometida, pode ser considerada como um exemplo de problema relacionado à assimetria informacional conhecido como seleção adversa.

Os moradores de determinada região têm função utilidade dada por $U(x, y) = -4x + y$, em que x representa a quantidade de horas de música ao vivo produzidas por um bar da região e y , a quantidade de dinheiro ganho por esses moradores, de forma que mais horas de música ao vivo gera menos utilidade e mais dinheiro gera mais utilidade. O bar tem função lucro dada por $\pi(x) = 20x - x^2$.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 117 Caso aos moradores seja garantido o direito ao silêncio e o bar seja impedido de compensá-los pelo desconforto gerado, então a quantidade de horas de música produzida será a mesma da quantidade produzida na situação em que se viabilize a possibilidade de negociação e se atribua ao bar o direito de executar tais músicas.
- 118 Caso o bar tenha direito conferido pela prefeitura local para disponibilizar música ao vivo para os seus clientes e os moradores não tenham meios de negociar por menos horas de música, haverá 20 horas de música ao vivo, o que excede a quantidade eficiente.

Em determinado período, um país realizou as seguintes transações com o exterior:

- importações de mercadorias (FOB) no valor de US\$ 100 bilhões;
- exportações de mercadorias (FOB) no valor de US\$ 200 bilhões, com financiamento concedido pelo país exportador ao importador estrangeiro;
- empréstimo contratado no exterior no valor de US\$ 50 bilhões;
- recebimento de doações do exterior no valor de US\$ 30 bilhões;
- recebimento de investimento estrangeiro direto (IED) no valor de US\$ 40 bilhões;
- pagamentos ao exterior por fretes no valor de US\$ 5 bilhões.

Considerando que todas as operações precedentes tenham sido devidamente registradas nas contas do balanço de pagamentos e que não tenha havido variação por erros ou omissões, julgue os itens subsequentes, desconsiderando quaisquer outras transações internacionais não listadas.

- 119 Se, no período, o investimento total bruto desse país, incluído o investimento público, tiver sido de US\$ 300 bilhões e a poupança do setor público tiver sido negativa em US\$ 100 bilhões, então a poupança do setor privado terá sido de US\$ 400 bilhões.
- 120 O país acumulou US\$ 215 bilhões em reservas internacionais.

No que se refere a macroeconomia, julgue os próximos itens.

- 121 As necessidades de financiamento do setor público são apuradas pelo Banco Central do Brasil com base na variação do estoque do endividamento líquido não financeiro do setor público, que, no seu conceito nominal, abrange o componente de atualização monetária da dívida, os juros reais e o resultado fiscal primário.
- 122 Na abordagem de supervisão microprudencial, o Banco Central do Brasil foca a saúde financeira de cada instituição individualmente, analisando seu comportamento, a qualidade de sua gestão de riscos e sua capacidade de enfrentar crises internas; na abordagem macroprudencial, adota-se uma visão voltada para o sistema financeiro como um todo, observando-se a interconectividade entre as instituições e os riscos sistêmicos que podem surgir.
- 123 A elevação do percentual de depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista captados pelas instituições financeiras, a venda de títulos em operações de mercado aberto e a elevação da taxa de desconto são exemplos de políticas monetárias contracionistas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Julgue os itens seguintes, referentes à relação entre política e política pública e à análise de políticas públicas.

- 124 Na análise *ex ante*, a estratégia de construção de confiabilidade e credibilidade antecede o desenho da política pública.
- 125 As políticas públicas são programas de ação governamental que visam articular os meios à disposição do Estado e atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

No que diz respeito ao papel da burocracia no processo de formulação e implementação de políticas públicas e aos tipos de políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

- 126 As campanhas de vacinação contra a dengue, as políticas de emergência relacionadas a desastres naturais, o fundo público de financiamento estudantil e o apoio governamental a famílias em situação de risco social são exemplos típicos de políticas públicas distributivas.
- 127 Segundo a abordagem da burocracia disposicional, o contexto social, racial ou de gênero de um servidor público afeta seu comportamento no local de trabalho, especialmente no tratamento a beneficiários de políticas públicas.

No que se refere à avaliação das políticas públicas, ao processo decisório e ao controle social na implementação de políticas públicas, julgue os próximos itens.

- 128 Os indicadores de resultado são os mais adequados para a avaliação de políticas públicas, pois eles expressam as transformações finais na realidade pela intervenção pública.
- 129 De acordo com o modelo decisório baseado na política racional, Estado e governo são arranjos de organizações dotadas de culturas organizacionais próprias, com seus próprios projetos políticos e ambições quanto aos diversos tipos de recursos.
- 130 A criação dos conselhos paritários, que são imunes às interferências governamentais, oportuniza a participação popular e favorece o estabelecimento de novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil.

Espaço livre

faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não será permitido o fragmento de texto escrito em local indevido. O fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Na anulação da sua prova discursiva, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo e a anulação do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (clareza, ordem, coerência, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Educação financeira é o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras e para conseguirem fazer escolhas baseadas em informação, saber onde procurar ajuda e realizar outras ações efetivas que melhorem seu bem-estar financeiro.

Inclusão financeira é um estado em que todos os adultos têm acesso efetivo aos seguintes serviços financeiros providos por instituições formais: crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos.

Banco Central do Brasil. *Cidadania financeira*. Internet: <www.bcb.gov.br> (com adaptações).

Um dos objetivos da educação financeira é proporcionar a inclusão financeira, ao permitir que o cidadão tome decisões que sejam adequadas à sua realidade e que lhe permitam melhorar suas próprias condições de vida. A educação financeira possibilita que o cidadão se planeje e utilize, da melhor forma possível, os diversos produtos e serviços financeiros existentes no país, capacitando-o a fazer escolhas mais conscientes e a se proteger de prejuízos e fraudes.

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). *Educação financeira*. Internet: <www.gov.br/susep> (com adaptações).

Considerando que os textos precedentes tenham caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO FINANCEIRAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Em seu texto, discorra sobre os seguintes aspectos:

1. empecilhos para a efetiva inclusão financeira dos cidadãos; [valor: 9,50 pontos]
2. papel da educação financeira no combate ao endividamento; [valor: 9,50 pontos]
3. reflexos da educação financeira no desenvolvimento econômico do país. [valor: 9,50 pontos]

Deus é Fiel!
 Deus é Justo!
 Deus é Santo!
 Deus é Bom!
 Deus é Honroso!
 Deus é Salva-nos!
 Deus é o nosso
 refúgio e
 fortaleza!